

Constituinte acionará Hebe Camargo

Ofendido, Ulysses requereu fitas do programa. SBT pode ser punido

A mesa da Assembleia Nacional Constituinte deverá processar a apresentadora Hebe Camargo por ofensas a seus integrantes durante programa anteontem, em que o colunista Giba Um comentou o vazio do plenário nas sessões. Por sugestão do senador Humberto Cardoso (PMDB-SP) e do deputado Henrique Souto (PFL-MG), Ulysses Guimarães requereu ontem ao Ministério das Comunicações as fitas do programa, para avallar as gravidades das denúncias.

Apesar das explicações do diretor da rede SBT de televisão em Brasília, Carlos Henrique dos Santos, de que a emissora não poderia cortar cenas de um programa transmitido ao vivo, tanto a apresentadora quanto a emissora podem ser punidas.

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, abriu ontem a sessão dizendo que "a instituição foi ultrajada, talvez por leviandade, o que é inadmissível, em um programa de televisão". Ele se referia ao programa da rede SBT, apresentado por Hebe Camargo, que foi ao ar na noite da última terça-feira. O deputado comunicou também que pediu ao ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, a requisição da fita do "malfadado programa".

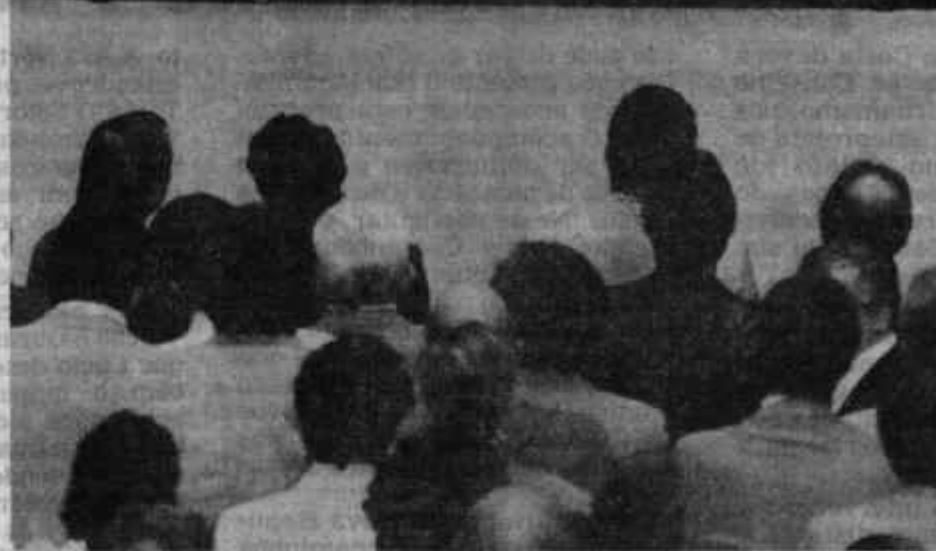
O deputado foi bastante aplaudido quando comunicou ainda que entendimentos estão sendo feitos com o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, para, se necessário, tomar as medidas em defesa dos constituintes. Em nome do Sistema Brasileiro de Televisão, o diretor regional, Carlos Henrique de Almeida Santos, enviou ofício ao deputado Ulysses Guimarães onde diz que "a dire-

ção já diligenciou no sentido de não se repetirem situações como a que é objeto da justa repulsa do Congresso Nacional, neste momento".

No ofício, a direção do SBT lembra também que "não se há de confundir a opinião solitária de um entrevistado, falando em programa transmitido, ao vivo, com a linha editorial da única rede de televisão que teve a iniciativa de levar ao ar um programa de debate dos temas constitucionais, através de suas 42 emissoras, há mais de um ano".

Segundo o presidente Ulysses Guimarães, o programa, contendo insultos e injúrias, mais do que atingir os constituintes, atinge a própria instituição. "Não aceitamos isto; o País não merece isto. A Nação que quer a democracia, o regime de participação, não pode aceitar procedimentos leviandades e injuriosos, de calúnia, de desmoralização, como aquele constante do programa", disse o deputado.

LUÍZ MARQUES



Ulysses anuncia em plenário as providências em defesa dos constituintes

Apresentadora nega ofensa

São Paulo — A apresentadora Hebe Camargo negou ontem que tenha dirigido qualquer tipo de ofensa ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, ou ao Parlamento durante o programa exibido anteontem à noite pelo SBT.

"O direito de crítica nós temos. Se eles nos cercearem disso, então estamos numa legítima ditadura. Que democracia é essa? Nos meus 42 anos de carreira nunca sofri qualquer tipo de censura ou processo de outros governos", contestou a apresentadora, preocupada com a abertura de inquérito a partir da apreensão da fita do programa pelo Ministério das Comunicações.

Hebe disse que aguardará o parecer do ministério, após ouvir a fita do programa, para então tomar conhecimento do motivo pelo qual resolveram processá-la. "Não me recorde de ter citado dr. Ulysses no programa. A única vez que falei dele foi quando Antônio Ermirio disse para deixarem paz. Eu o defendi e falei que Ermirio deveria ter dito viver em paz" — alegou a apresentadora.

Certa de que em Brasília nada encontrarão na fita do programa que denegrisse a imagem dos constituintes, Hebe afirmou que se algum dos convidados (entre eles o ator Anselmo Duarte e o colunista Giba Um) tive-

ram dito mentiras podem abrir processo. "Mas não encontrarão nenhuma ofensa, porque apenas dissemos verdades, porque vemos fotos do Congresso vazio, quando elegemos mais de 500 deputados. Só fizemos esse tipo de crítica. Em vez de se preocuparem em mover um processo contra mim, eles deveriam se preocupar com coisa mais séria, que é fazer a nossa Constituição".

Hebe também negou que tenha usado a palavra pilantra ao falar dr. Ulysses, "porque esse termo nem existe em meu vocabulário". Admitiu, entretanto, que se referiu ao deputado do Congresso por esse adjetivo, então haveria razão para um processo. O programa discutiu apenas o problema da aposentadoria, que o ator Anselmo Duarte teve dificuldades para conseguir.

A deputada Bete Mendes também foi citada no programa por ter aceitado o cargo de secretária da Cultura. "Dois salários ela não pode receber. Mas não usamos nenhum termo pejorativo contra ela. O problema é que todos os que votaram em Bete Mendes agora estão desapontados, porque durante as eleições ela declarou que jamais aceitaria algum cargo do governo Quêrcia e agora aceitou. Não que eu ache que ela não tenha capacidade para o cargo", ressaltou Hebe.

Regimento prevê 10 minutos

As emissoras de televisão terão que divulgar os trabalhos da Constituinte durante 10 minutos por dia, cinco dos quais entre as 12 e 14 horas, e os cinco restantes entre 19 e 22 horas. O mesmo tempo deverá ser cedido pelas emissoras de rádio, dividido no período entre 7 e 9 horas, e entre 12 e 14 horas. O presidente da Assembleia poderá requisitar até 60 minutos por mês para programas especiais, e nos jornais não haverá a obrigatoriedade de divulgação.

Esta foi a solução encontrada pelo relator do regimento interno da Constituinte, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), após o exame e negociações em torno de 76 emendas sobre o tema. Pela proposta, os programas serão produzidos pela Radiobrás. O "Projeto Minerva" e "A Voz do Brasil" poderão ser utilizados para a divulgação das atividades da Constituinte, e as emissoras oficiais transmitirão os debates em até uma hora por dia.

Ontem, pela manhã, Fernando Henrique discutiu o assunto com os au-

tores das emendas. Após o encontro, ele reconheceu que há muitas divergências em relação ao assunto, com posições contrárias à obrigatoriedade da divulgação até as favoráveis a uma hora diária no rádio e na televisão. A decisão do relator foi tomada a partir do entendimento de que o horário a ser utilizado seria o que ter uma "audiência razoável e de que as emissoras deveriam dispor de certa flexibilidade".

"Sou uma pessoa crítica. Não estou querendo prejudicar nem favorecer quem quer que seja. Quero algo útil para o Brasil. Meu objetivo não é criar embaraços para a ação da imprensa livre nem criar espaços de privilégio. Mas é fundamental que a Constituinte tenha um canal de expressão declarou Fernando Henrique.

Durante a reunião, o senador discutiu com os autores das emendas críticas que têm sido feitas aos constituintes através dos meios de comunicação, como as formuladas no programa de Hebe Camargo. Ao final do encontro, declarou que a obri-

gatoriedade de divulgação da Constituinte não pretende fazer propaganda, mas veicular debates.

"Não estamos no momento de que alguém possa se dar ao luxo de desmoralizar as instituições, e quem fizer isso deve ser responsabilizado. Se se desmoraliza a Constituinte, está se caminhando para o fim da democracia. E preciso transmitir com propriedade.

Após a reunião sobre a divulgação da Assembleia, o relator encontrou-se com as mulheres constituintes, a quem informou que o nome da comissão de direitos e garantias do homem seria acrescido da expressão "e da mulher". Em seguida, Fernando Henrique reuniu-se com a bancada do PMDB no Senado, e mais tarde, em entrevista coletiva, informou que seu substitutivo não admitirá sessões ou votações secretas para matéria constitucional. Informou também que delegou a solução para a questão das lideranças dos pequenos partidos ao líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC).



Hebe pergunta: Que democracia é esta?

Tempo já será requisitado

Ulysses Guimarães deverá requisitar uma cadeia nacional de rádio e televisão para, em 15 minutos, explicar à população os trabalhos realizados nas primeiras duas semanas da Constituinte. A proposta foi apresentada ontem pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio, do PT, tendo em vista, segundo ele, a campanha difamatória movida pelos órgãos de comunicação.

A proposta do deputado petista foi acolhida com aplausos e vários deputados aproveitaram a oportunidade para mais uma vez criticar a imprensa. O deputado Raul Ferraz (PMDB/BA), disse que há "uma campanha de desmoralização muito bem organizada pelos meios de comunicação". O deputado citou o programa do SBT — apresentado por Hebe Ca-

margo e que foi ao ar na terça-feira — para dizer que os "parlamentares estão sendo levados ao ridículo pelos picaretas da imprensa".

Além da rede de rádio e TV, o deputado Plínio de Arruda Sampaio apresentou um requerimento de informações ao presidente José Sarney para que informe como são feitas as concessões de rádio e televisão. Apoiando a proposta do PT, a deputada Sandra Cavalcanti, do PFL, criticou o presidente Ulysses Guimarães por não ter feito até agora a defesa dos trabalhos da Constituinte. Segundo ela, nesses 15 minutos que deverá dispor, o deputado terá que explicar à população o relevante trabalho que vem sendo realizado pelos constituintes.

Governo poderá fazer acordo com os "xiitas"

A ameaça de que os trabalhos da Constituinte sejam perturbados pela ação dos deputados que integram o grupo pró-soberania Xiitas poderá obrigar o Governo a um acordo em torno das propostas feitas no sentido de alterar a carta de 67 — em sete itens antes de iniciar a redação da nova Constituição. O grupo apresentou ontem ao líder Carlos Sant'Anna um esboço de mudanças, mas segundo Maurílio Ferreira Lima não há otimismo em relação a um entendimento.

O pró-soberania quer, entre outras coisas, inverter o funcionamento do decurso de prazo, suspender as salvaguardas e as medidas de emergência, permitir que o Congresso emende o decreto-lei, o orçamento, recuperar a imunidade da tribuna parlamentar e suspender o funcionamento da Câmara e do Senado, só permitindo sessões para tratar de assuntos relevantes e urgentes.

Apesar de vir negociando com o grupo há sete dias, o líder governista não teve, ontem, nenhuma posição oficial do Palácio do Planalto a respeito do que seria aceito ou não do documento que lhe foi entregue. Disse apenas que levaria o assunto ao presidente Sarney e tentaria, por outro lado, conversar com as lideranças dos outros partidos a fim de apurar até que ponto estariam dispostos a corresponder ao plano de auto-

limitação, segundo Maurílio Ferreira Lima, será proposta pelo líder do Governo, já que os membros do grupo pró-soberania também não chegaram a um entendimento em torno desse item. Ele acha que o essencial agora é um acordo e, por isso, admite esse aspecto da negociação.

Carlos Sant'Anna alegou que como negociador val saber o que o Governo aceita. Mas deixou claro depois que o melhor seria amarrar um acordo com deputados de vários partidos a fim de assegurar a aprovação no plenário dos itens negociados e, fechado o bloco, enfrentar as emendas que surgirem e vencer a votação.

Antônio Brito lembrou que o pró-soberania agiu em sua proposta no sentido de não deixar o presidente Sarney sem um instrumento ágil para administração, embora deva submeter todas as matérias ao Congresso. O decreto-lei, basicamente, existe, apenas poderá ser emendado e o decurso de prazo, inverte seu mecanismo. Ou seja, vencido o tempo de tramitação sem decisão, a matéria é considerada rejeitada e não mais aprovada.

"Tomamos o cuidado de preservar as pessoas que estão preocupadas com tranquilidade, a disciplina e a ordem, ao não fazer supressão capaz de deixar vácuos — disse ainda Brito.

Essa declaração de auto-



Esquerda não quer mais formar bloco

Os setores de esquerda da Constituinte — os chamados xiitas — não pretendem constituir nenhum bloco fechado para se contrapor à aliança estabelecida na última terça-feira pelos conservadores. Pelo contrário: segundo o deputado Domingos Leonelli, da esquerda do PMDB, a formação do bloco direitista, delimitando antecipadamente seu potencial de fogo, foi uma "besteira" que os progressistas não vão imitar.

O líder do PCB, deputado Roberto Freyre, concorda com Leonelli. Ele lembrou que os blocos na Constituinte não serão fechados, mas se movimentarão para a esquerda ou para a direita dependendo dos temas específicos em discussão. Apenas um dia depois de constituído, segundo afirmou, o bloco de direita já apresentava ontem claras divisões, com o PDS aliando-se às esquerdas na defesa da soberania da Constituinte.

Já o vice-líder petista José Genoino reconhece que a ala conservadora é majoritária na Assembleia, mas ressalta que os setores de centro são politicamente instáveis e poderão tender à esquerda em determinados momentos. Tudo depende, a seu ver, da capacidade que a população demonstrar no sentido de exercer pressões sobre os constituintes para a viabilização das reformas sociais.

INFORMAL

Embora rejeite a constituição de um bloco fechado, as esquerdas estão se mobilizando informalmente para atrair o apoio de maior número possível de parlamentares moderados. Ontem à noite, o líder petista, Roberto Freyre, vibrava com a adesão do PDS à proposta de convocação do ministro Funaro ao plenário: "Isso significa, na prática, a vitória da soberania da Constituinte. Abre-se um precedente para que a Assembleia discuta não apenas a elaboração do novo texto constitucional, mas também as graves questões da conjuntura nacional".

Freyre vê na facção progressista do PMDB uma espécie de fiel da balança, que determinará a vitória ou a derrota de propostas na Constituinte. Nesta tese, é apoiado pelo peemedebista Domingos Leonelli, para o qual é a esquerda do seu partido quem está viabilizando os avanços da Assembleia, como na questão da soberania: "Fomos nós que capitaneamos este movimento".

O petista José Genoino, por sua vez, abre o jogo e revela a tática das esquerdas para obter maioria na Constituinte: "Através da guerrilha de plenário, criaremos uma tensão permanente que trará aqui para a Constituinte a força da pressão popular. Desta forma, contamos que venha para o nosso lado aquela facção burguesa que não assume suas posições e preferirá adotar posturas simpáticas ao eleitorado".

AGENDA

PRESIDENTE

O presidente Sarney dedica a manhã para audiências a parlamentares. As 15 horas, preside a solenidade de aprovação do Programa de Formação de Recursos Humanos para Ciência e Tecnologia; às 15h45, recebe a bancada federal do PTB. As 16h30, despacha com o ministro da Fazenda; às 17h15, concede audiência a Saíd Farah e, às 17h35, a Jayme Sirotsky e Fernando Ernesto Correia.

CONSTITUINTE

A executiva nacional do PFL se reúne às 10 horas.

As 14 horas, reunião plenária da Assembleia. Os líderes e vice-líderes do PMDB têm reunião às 15 horas para organizar o debate com o ministro da Fazenda, Dilson Funaro.